

1 **ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS**
2 **DIREITOS DA MULHER – BIÊNIO 2021 / 2023.**

3 **26/07/2023 - Aos vinte e seis dias, do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e três,** com início
4 às dezoito horas e trinta minutos, através do Google Meeting (formato online), realizou-se a reunião
5 ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com a seguinte ordem do dia: Diálogos
6 Regionais; Avaliação do Plano de Ação; Eleições. A presidenta, Maria Aparecida Cury, iniciou a
7 reunião, após quinze minutos, com a presença de oito conselheiras. Agradeceu a colaboração de cada
8 uma, evidenciando ser a última reunião da gestão 2021/2023. Em seguida, colocou a ata da vigésima
9 primeira reunião para aprovação, no que não houve manifestações em contrário, apenas correções de
10 digitação e a mesma foi aprovada. Fez a leitura dos seguintes expedientes: a) recebidos – via
11 WhatsApp – convite para participar de Audiência Pública em 18/07/23, sobre “Igualdade Racial – Cotas
12 nos concursos e fundo Municipal; conselho Afro SJRP solicita apoio para abaixo-assinado que requer
13 a aprovação do PL 250/22, que institui a Lei de Cotas para pessoas negras em concursos públicos do
14 município e informou que assinou o abaixo-assinado em nome do CMDM; via email – convite para
15 Escuta7, referente ao Plano Municipal de Cultura de SJRP, em 13/07/23, na vila Toninho; convite para
16 participar da palestra presencial “A Influência da Tributação na Desigualdade de Gênero, dia 20/07/23
17 e palestra “Letramento Racial na Prática Jurídica, em 24/07/23, ambas na OAB; IX Ciclo de
18 Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Pré Conferência Regional SJRP, em 18
19 de agosto; b) enviados – of 017, de 03/07/23, para a comunicação social, solicitando veiculação do
20 PodCast NDV e informou que foi atendida com a veiculação às 22h, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19 e
21 24 de julho; of. 18, de 12/07/23, para as secretarias que compõem o CMDM, solicitando a indicação de
22 conselheiras titulares e suplentes para o novo biênio, tendo como respostas a) via despacho no SIGM,
23 Secretaria M. do Desenvolvimento Econômico – Dayane Motta Kuyumjian e Silvana Freitas; b) via
24 email/SIGM, Secretaria M. Assistência Social – Janaína Darli Simão e Mônica de Araújo; c) via
25 despacho no SIGM, Secretaria M. do Trabalho e Emprego – Leila Maciel da Silva e informou que
26 contam apenas com uma servidora que atende os requisitos; d) via despacho no SIGM, Secretaria M.
27 de Planejamento – Aline Lemos e Suzana Nishimoto; e) via despacho no SIGM, Secretaria M. da
28 Habitação – Erika Farias do Santos e Taís Casemiro; f) via of.033/23, Secretaria M. da Cultura – Heloísa
29 Carvalho e Sueli de Jesus; g) despacho no SIGM, Secretaria M. de Trânsito – Karina Martinelli e Priscila
30 Pitinelli; of 19/23, para a Secretaria M. da Mulher, solicitando indicação das duas conselheiras titulares
31 e suplentes; of 20/23/23, para a Secretaria de Segurança Pública, solicitando efetivo da GCM para o
32 dia das eleições, nos momentos da abertura e fechamento das urnas. Informou que esteve em reunião
33 com a secretária da mulher, no dia 11 de julho, para conversa sobre as eleições; que a conselheira
34 Sueli procedeu na elaboração de 50 cartazes sobre a abertura das inscrições para a eleição e que os
35 mesmos já foram distribuídos; informou que as cédulas serão impressas na secretaria da mulher; Sueli
36 informou que há um saldo e ficou acordado que sua utilização será para gastos com o dia da posse do
37 novo biênio; que Bárbara está divulgando cards sobre as eleições nas redes sociais com informações
38 gerais e específicas sobre cada candidata e pede que as demais conselheiras façam a divulgação em
39 suas redes sociais. Em seguida a presidenta colocou o primeiro item da pauta abordando os “Diálogos
40 Regionais” e informou que não ocorreu o encontro na vila Toninho por falhas na comunicação e seu
41 cancelamento por parte da gestora, mas ela e Amena foram no bairro Lealdade Amizade, onde
42 estiveram presentes muitas pessoas da zona rural e que foi um ótimo, ainda, que a secretária executiva,
43 Maria Villa, está organizando documento com todos os relatórios dos encontros. Na sequência a
44 presidenta abordou sobre a “Avaliação do Plano de Ação” informando que, em reunião da Comissão
45 de Planejamento estiveram presentes ela e Shaila e solicitou que a mesma apresentasse as conclusões
46 com as indicações sobre quais atividades foram realizadas, momento em que Shaila explicou que
47 deram sequência na atualização ocorrida em dezembro de 2022 e informou que ocorreram atividades
48 não realizadas, algumas realizadas em parte e outras totalmente realizadas e seguiu fazendo a leitura
49 do plano, nos aspectos das ações executadas ou não, que pôde ser acompanhada pelas presentes:
50 Elencar atribuições de cada atuante da Mesa Diretora e da Secretária Executiva (executado); Realizar
51 levantamento das necessidades logísticas que o Setor de Conselhos precisa (executado); Atualizar
52 Regimento interno (executado); Estruturar o processo eleitoral do Conselho (executado); Elaborar Lei
53 de criação e estruturação do Fundo Municipal (executado); Elaborar lei de criação de uma Política
54 Municipal dos Direitos das Mulheres (não executado); Viabilizar um caixa para despesas pontuais como
55 site (executado); Definir um cronograma e as estratégias para elaboração do PMPM (não executado);
56 Acompanhar a aprovação do PL 299/2021 (executado); Criar Instagram (executado); Realizar
57 postagens periódicas e temáticas (executado); Reestruturação do site do Conselho e inclusão de

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José do Rio Preto

Rua Bernardino de Campos Nº 4075, Redentora CEP: 15.015-300

São José do Rio Preto – SP (17) 3231-5226

E-mail: conselhomulher@riopreto.sp.gov.br

58 ferramentas como: Transparência, Notícias de violência contra a mulher, canal de denúncia,
59 Indicadores, etc (executado); Definir as datas anuais em que serão realizadas ações (executado);
60 Elaborar meios de avaliação da efetividade das ações executadas pelo Conselho (executado em parte);
61 Identificar as datas das Conferências Nacional e Estadual (executado). Neste momento Luciana
62 ponderou sobre se olhar para as metas e objetivos que norteiam as ações, para se concluir sobre se
63 este foi ou não atingido, questionando se, no caso da meta” planejar ações anuais de prevenção” e seu
64 respectivo objetivo de “elaborar um calendário anual de ações de prevenção” com as datas específicas,
65 se isso, por si só, teria atingido, efetivamente, na prevenção, entendendo que a prevenção só se dará
66 de fato se houver uma ação conjunta com a secretaria da educação, de modo a atingir os estudantes
67 e suas famílias, como sugere a Lei Maria da Penha. A presidenta ponderou que a prevenção estaria a
68 cargo da Comissão de Prevenção, porém esta ficou esvaziada e lembrou que ocorreram duas tentativas
69 no sentido de abrir diálogo com a secretaria da educação, sem sucesso e que as ações de março,
70 agosto, novembro e dezembro foram cumpridas e pediu ponderações das conselheiras sobre se se
71 deve considerar esta ação como realizada em parte. Lana ponderou que deve ser considerada
72 realizada em parte, mas que os diálogos nos territórios devem ser considerados como sendo de
73 prevenção visto que as participantes esclareceram muitas dúvidas. Shaila ponderou que, ao definir as
74 datas designadas como momento de prevenção, abriu-se o caminho para que outras ações fossem
75 feitas, desse modo entende que foram executadas e concorda com a Lana sobre as ações estarem sim
76 ligadas ao objetivo da prevenção, porém, no que tange a efetividade de se atingir a prevenção, não se
77 conseguiu dar prosseguimento à sugestão da conselheira Paula, que previa uma avaliação após cada
78 ação, acarretando um prejuízo e que teríamos de proceder numa metodologia de avaliação de modo a
79 se avaliar pela ótica de sua efetividade e contundência. Solicitou que esta discussão esteja na ata e
80 que sirva de ponto inicial para novas discussões das gestões vindouras e concluiu que sim, as ações
81 foram realizadas. Sueli ponderou que a prevenção pode ser analisada sobre diversos aspectos e que
82 informar significa prevenir e sugeriu que haja se deixe claro que houve tentativas, por parte do conselho,
83 de se fazer ações nas escolas mas não obtivemos sucesso; ainda, salienta que o trabalho dos podcast
84 foram decisivos para atingir um público que ainda não havíamos atingido, fez críticas sobre as visitas
85 às instituições ponderando que deveríamos ter criado uma comissão de visitas, na medida em que a
86 presidenta o fez sozinha, prejudicando a participação e pede para que isso que registrado. Shaila
87 sugeriu que fizéssemos uma conclusão e ficou acordado que Shaila fará esta conclusão, apontando
88 aspectos decorrentes das discussões apresentadas no decorrer desta reunião, remetendo-a para
89 apreciação das presentes e será anexada ao plano de ação. Deu-se sequência na leitura do plano e
90 análise da realização das ações: Elencar todas as publicações disponíveis desde a criação do
91 Conselho e operacionalizar seu arquivamento de forma devida (executado); Realizar o levantamento
92 histórico da implementação do Conselho Municipal, as lutas prévias e os primeiros anos de controle
93 social (executado); Diálogos Regionais (executado); Conferências Livres (não executado); Consultas
94 Públicas (executado); elaborar a metodologia de execução do Diagnóstico (executado); Aplicar o
95 Diagnóstico no município (executado); Solicitar dados diversos dos serviços para acompanhamento
96 (executado); Produção de campanhas informativas de combate à violência contra a mulher, pontuando
97 os direitos da mulher vítima de violência, além de incentivar o fim de todas as formas possíveis de
98 violência, seja ela moral, psicológica e física (executado); Propor lei referente à responsabilidade social
99 das empresas na contratação de mães solo (não executado). Luciana questionou sobre a meta “criação
100 do observatório da mulher” e Shaila ponderou que está materializado no Site, na aba “Observatório”,
101 onde constam dados elaborados pela comissão de indicadores. Continuou na leitura das ações: Propor
102 lei de criação de um selo da diversidade (não executado); reuniões com: SMTE e CRAM SMTE, ACIRP,
103 SMDDET, CRAM (executado em parte); Articular com os setores público e privado para ampliar a oferta
104 de cursos de profissionalização e capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica (executado
105 em parte); Dialogar com as redes municipal e estadual de ensino para orientar quanto à aplicação da
106 Lei Federal nº 14.164/2021 (não executado); Articular com os diversos setores públicos no incentivo a
107 capacitação dos profissionais no atendimento e acolhimentos de mulheres vítimas de violência e enviar
108 ofício para todos os equipamentos públicos (executado); Parceria com UNESP para divulgação de
109 Podcast (executado); Realizar levantamento dos Coletivos no Município (executado); Fortalecer o
110 projeto piloto “Salve Maria” - Comissão de Justiça de Paz (executado); Acompanhamento da Casa de
111 Passagem (não executado); Elaborar cartilhas, folders, panfletos, artes virtuais e outros (executado);
112 Elaboração de artigos de jornais (executado); Elaborar um Mapa de Acolhimento que sirva de
113 orientador às mulheres sobre como buscar os serviços (executado); Elencar leis ainda não propostas
114 no município que poderiam ser discutidas e apresentadas ao Executivo e Câmara (não executado);
115 Realizar oficinas, grupos e/ou fazer postagens sobre temas – Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos;
116 Direito à Cidade e Cidadania Cultural; Educação, Igualdade de Gênero e Comunicação Não-sexista -

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José do Rio Preto

Rua Bernardino de Campos Nº 4075, Redentora CEP: 15.015-300

São José do Rio Preto – SP (17) 3231-5226

E-mail: conselhomulher@riopreto.sp.gov.br

117 (executado em parte); Promover grupos de estudos com as conselheiras (executado). Eliane solicitou
118 o acréscimo do IBILCE/UNESP na relação de “parceiros externos” do CMDM, considerando que
119 disponibilizou os links para as reuniões, além da criação do Podcast NDV, no que foi acatada. A leitura
120 do resumo das ações, expressas no Plano de Ação, mês a mês, foram apontadas ações a partir de
121 julho de 2022 até agosto de 2023, com as observações quanto a sua realização: julho/22 com todas as
122 ações previstas executadas (apresentar alterações ao PL 299, criar GT de levantamento histórico,
123 concluir o plano de ação e o regimento interno); agosto/22 com todas as ações previstas executadas
124 (levantamento dos coletivos pelo Google Forms, lançamento do podcast da UNESP, aniversário da Lei
125 Maria da Penha – 7/08/2006, encontro das conselheiras com o Instituto Maria da Penha – online);
126 setembro/22 com poucas ações previstas executadas (lançamento do projeto piloto Salve Maria foi
127 cancelado, criar modelo de avaliação das ações do conselho não executado, reunião com a ACIRP não
128 executada, reunião com SMM e SMTE executada; outubro/22 a ação de reunião com SMM sobre o
129 plano municipal não foi executada; novembro/22 executada ações sobre “21 dias de ativismo”;
130 dezembro/22 executada campanha do “laço branco”; janeiro/23 executada a organização dos diálogos
131 regionais; fevereiro/23 executadas as ações de monitorar dados do orçamento e atendimentos e
132 atualização de relatório; março/23 executadas ações do “dia internacional da mulher”- 8M; abril/23
133 executadas ações dos “diálogos regionais” com a temática de igualdade de gênero; maio/23 não
134 executada ação de organização e realização da conferência livre; junho/23 ações executadas de
135 continuidade dos “diálogos regionais” e da criação da comissão eleitoral; julho/23 ação executada de
136 organização do processo eleitoral; agosto/23 ações em andamento para eleição e posse da nova
137 gestão. A presidenta abriu diálogo para as considerações e ponderou sobre a necessidade de se
138 sugerir à nova gestão que fossem realizadas, nos meses iniciais do biênio 23/25, palestras explicativas
139 sobre os diversos temas que envolvem a organização e a função do conselho. Deu sequência na pauta
140 abordando sobre o processo eleitoral, informando que a comissão está organizada e desempenhando
141 o cronograma estipulado no edital, com divulgação, apoio para divulgação das candidatas, local das
142 eleições, urnas e cédulas, organização do espaço onde ocorrerá a eleição, além da lista de presença
143 e esboço de atas e destacou a necessidade de providenciar a planilha de contabilização de votos, além
144 de relacionar o pessoal que irá trabalhar no dia da eleição e as presentes colocaram-se disponíveis
145 para estarem no dia e colaborarem com o processo. Salientou que está publicado no Instagram a
146 relação das candidatas e acertou-se os detalhes da infraestrutura. Nada mais havendo a ser tratado, a
147 presidenta encerrou a reunião agradecendo a presença de todas. **Compareceram à reunião:** Bárbara
148 Laís Barbosa da Silva, Eliane Gonçalves de Freitas, Heloísa Carvalho Moreira da Silva, Lana Braga,
149 Luciana Bonosque Figueiredo, Maria Aparecida Cury, Miriam Roberta Pedrini, Shaila Duduch de Goes
150 e Sueli Aparecida Pereira. **Justificaram ausência:** Viviana Gigliardi, Rosângela Aparecida da Silva,
151 Dayane Motta Kuyumjian e Daniele Moura de Moraes. São José do Rio Preto, 26 de julho de 2023.



Maria Aparecida Cury
Presidenta
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher



Luciana Bonosque Figueiredo
Primeira Secretária
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher